



ASSOCIAÇÃO DE CARÁCTER CIENTÍFICO E CULTURAL

PROJECTO PATRIMÓNIO

Nº2 Julho 1995

Director: José Antunes da Silva

EDITORIAL

"A água tudo lava", diz o povo. Talvez... Será nessa esperança que alguém decidiu juntar tantos milhões de litros sobre uma fractura tectónica, submergindo um património cultural reclamado como mundial e destruindo instalações vitivinícolas ímpares que vão deixar no desemprego centenas de trabalhadores?

A ocultação destas afrontas exigiria muito mais água que a da barragem do Côa, mas não nos dispensa, a todos nós, de intervenções decididas para cuja fundamentação este número do Boletim Projecto Património se propõe contribuir.

Antunes da Silva

ÍNDICE

Foz Côa: um santuário natural - José Mattoso	página 3
As dimensões da terra - Duarte Belo	página 5
Algumas notas sobre a pintura e a gravura rupestres prehistóricas, a propósito do complexo do Côa - Alvaro Almeida	página 9
Parque arqueológico do Côa: ideias e propostas para um projecto - Virgílio Hipólito Correia, Alexandra Cerveira Lima e António Manuel S. P. Silva	página 15
Mapa de implantação do complexo de arte rupestre do vale do Côa	página 17
As leis do património e a arte rupestre do Côa - Luís Raposo	página 19
Política e ciência na questão do Côa - João Zilhão	página 25
Foz Côa: para que servem os estudos de impacte ambiental? - Rui Cortes	página 29
Uma estrela secundária - Manuel Carvalho	página 31
O poder aprendeu a lição - Valentina Marcelino	página 35
Mira Amaral ministro da cultura? Brr!! - Hermínio Monteiro	página 37
As gravuras não sabem nadar - José Manuel da Costa Ribeiro	página 39
Eu bebo porto do paleolítico - José A. Salvador	página 43
As fotografias são de Duarte Belo	

Os males não vêm por bem, principalmente quando desnecessários ou evitáveis, atendendo às nefastas consequências. No entanto, Foz Côa veio evidenciar uma enérgica opinião pública que julgávamos esvaída em apatia. Em poucos meses, gerou-se uma corrente de opiniões e de actos que atravessou diversos grupos sociais, desde os estudantes aos artistas plásticos. Historiadores, imprensa regional, intelectuais em geral. Lemos editoriais na melhor imprensa portuguesa e estrangeira. Vimos inúmeros colóquios, exposições debates, acções de rua, recolha de assinaturas e mesmo o oportuno aproveitamento comercial das gravuras por algumas empresas da região, premiou os investidores e ajudou a *diminuir* as razões económicas da barragem.

Lentamente, ganhou peso a ideia de que as gravuras e o património cultural em geral, valem bastante mais para o cidadão normal do que os milhões desbaratados pela EDP na sua política do facto consumado. Lentamente, também, foi caindo a máscara à direcção do IPPAR revelando a sua impagável mediocridade.

À crescente consciencialização popular, a EDP não conseguiu clarificar um só argumento que justifique esta barragem para além de um enevoado apoio numa tal "estratégia das águas". Nesta conjuntura de equívocos, navegam os nossos dois principais partidos. Se por um lado Mira Amaral torna cada vez mais claros os seus obscuros compromissos com a EDP, o PS deixa antever uma política de continuidade e conformismo que dois ou três dos seus deputados rebeldes não ajudam a esvanecer.

Parece bastante esclarecedor que os nossos políticos ainda não se tenham apercebido das novas preocupações da Sociedade Portuguesa. Constata-se, parece com relativa facilidade, (desde que falando com pessoas e lendo a imprensa, incluindo a regional) que os portugueses estão preocupados com a perda de referências. O enevoamento da história, da memória. Desde os cafés aos núcleos históricos das cidades. Das aldeias às florestas, aos rios, correndo o risco de

perder definitivamente o que nos ligou civilizadamente aos nossos predecessores e à natureza, trocando a diversidade cultural pela uniformização imposta pelo peso do dinheiro e jogos económicos que ridicularizaram aquilo que afectivamente nos identificou.

Impera um esquema mental nos privilegiados que linearmente se processa assim: Cada proprietário, empreiteiro, empresário, investidor, gestores e quejandos apoiam-se numa lógica do rendimento máximo dos seus bens. Perseguem abnegadamente a regra viciosa dos milhões. A partir daí, há que agir em conformidade: tanto para licenças, tanto para multas. Tanto para fiscais tanto para subornos. Tanto para políticos, tanto para promover e seduzir para o investimento. O poder foi-se adaptando. Gosta de inaugurações. Elogia a força "empreendedora", acaricia a estatística dos capitais investidos. Vai fechando os olhos, aligeirando de amesquinamento as outras razões que não as económicas. Surgem então as construções duvidosas. Os magnos *Shopping Centers* como o do "Bom Sucesso". A Caixa Geral de Depósitos. O sempre adiado projecto do Alqueva. Quer dizer, o Estado gosta de entrar directamente nestes macroprojectos. Os dos milhões como os que vão para a TAP ou para a RTP. E é por tudo isto que dá vontade de rir quando a favor da barragem de Foz Côa se evocam uns tantos milhões já investidos.

Perante este mar encapelado e avassalador dos milhões, o cidadão é o maior perdedor. A ausência de regras e de planos permite o desfiguramento das suas terras, a destruição dos alicerces históricos, a ruptura dos fios que ligam pela memória ao passado da sua vida e do ambiente colectivo.

O caso de Foz Côa pela dimensão internacional que tomou veio a constituir uma poderosa referência do nosso momento actual. Talvez as relações dos cidadãos com o seu património não voltem a ser como antes. Talvez a destruição de palácios e jardins caucionadas pelo IPPAR para Lisboa venham a ser reanalisadas. Talvez as Câmaras

de Lisboa, Coimbra ou Braga sejam obrigadas a definir com mais cuidado a sua sanha destruidora e a sua cumplicidade com os lobbies dos construtores com as suas lógicas dos milhões. E talvez as levianas autarquias como as de Amarante ou Lagos, já para não falar de indescritíveis da Maia, Mirandela ou Vila Real sintam finalmente a necessidade de definir vectores culturais para o desenvolvimento por imposição dos eleitores. Foz Côa é um sinal demasiado forte e muito nítido para poder ser escamoteado ou "driblado" nomeadamente pelo Partido Socialista.

Mas se eventualmente o achado arqueológico do vale do Côa sucumbir à barragem e à sua estratégia dos milhões, os cidadãos teriam redobradas justificações para chorar a sua impotência, a sua insignificância, a inutilidade das suas convicções num progresso equilibrado e respeitador da sociedade, da sua história, dos seus valores. Nesse caso e para bem esclarecer as coisas, Mira Amaral deve ser nomeado ministro da cultura e o presidente da EDP passar para o IPPAR.

Hermínio Monteiro



Figura de canídeo gravada no xisto, no sítio de Vale do José Esteves. A silhueta deste cão deitado e com a cabeça voltada para trás está contornada por uma linha ininterrupta, executada com grande segurança talvez por uma única passagem com a ponta riscadora. O esquematismo da representação revela uma grande despreocupação para com a fidelidade relativamente à aparência visível do modelo. Sobrepuseram-se decerto ao realismo preocupações simbólicas. Esta gravura data possivelmente da Idade do Ferro.



Figuras de animais, entre os quais um cabrito montês, gravados em xisto, no sítio da Penascosa.



PROJECTO PATRIMÓNIO

é propriedade da associação "Projecto Património",
com sede na Rua Ruy Gameiro, 232 - 4º E - 2745 QUELUZ.

Depósito Legal nº 90830/ 95

Registo nº 119101

Distribuição gratuita aos associados.